

Então, aos eleitores que votaram em mim, aos eleitores que votaram na bancada do Partido dos Trabalhadores, aos servidores que acreditaram no nosso trabalho, na nossa defesa e na nossa luta: tenham a certeza de que nós jamais vacilaremos, jamais deixaremos de atuar, fortalecer e defender os trabalhadores que precisam do Estado, aqueles que precisam de políticas públicas, aqueles que não precisam da redução de direitos, mas dos que precisam ampliar seus direitos e defender cada vez mais uma política pública de inclusão e de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores do estado de São Paulo.

Então, a vocês e aos servidores, em geral, tenham a certeza de que nós vamos ser contrários, vamos aqui estar juntos com vocês porque nossa bancada e a bancada dos partidos progressistas deverão, com certeza, reafirmar o compromisso que têm e que tiveram com os trabalhadores. Não tenham dúvida disso. Estar aqui nesta tribuna é de uma responsabilidade muito grande e eu não fui eleito para defender o padrão. Fui eleito para defender os trabalhadores e é por isso que vou estar sempre ao lado dos trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Manifestação nas galerias.)
O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Só um minutinho, deputado Altair Moraes.

Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Pela ordem, deputado Altair Moraes.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Uma breve comunicação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - PARA COMUNICAÇÃO - Quero fazer aqui um agradecimento a todos os deputados que entenderam que o Projeto 346/2019, em que fica o sexo biológico como definidor de critérios nas competições esportivas...

Quero fazer um agradecimento ao deputado Wellington Moura. Muito obrigado, deputado, pelo apoio. Quero agradecer ao deputado Bruno Lima, ao Tenente Coimbra, ao Tenente Nascimento, ao Carlos Cezar, ao Mauro Bragato, ao Delegado Olim, ao Roque Barbieri, ao Douglas Garcia, ao Gil Diniz, ao Arthur, à Dra. Damaris, à Carla Morando, ao Daniel José, ao Marcio da Farmácia e à Marta Costa.

Muito obrigado a todos os deputados por terem um entendimento claro de que esse projeto é justo. Muito obrigado a todos.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Uma rápida comunicação, pode ser, presidente?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Para uma comunicação, tem V. Exa. o tempo.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - PARA COMUNICAÇÃO - É só para informar que, amanhã, o governador de São Paulo, João Doria, anunciará o aumento, às 15 horas, no Palácio dos Bandeirantes, das Polícias Civil e Militar.

Então, queria informar a todos os policiais que, amanhã, às 15 horas, saberemos o aumento que será dado pelo governador. Quero que os evangélicos, os pais de santo, os religiosos rezem para que sejam pelo menos dois dígitos, se não for acima de dois dígitos. Se não forem dois dígitos, que pelo menos seja um aumento desses tantos anos que não tivemos neste governo que ultrapassou.

Então, amanhã o governador João Doria anunciará o nosso aumento. Estarei lá às duas e meia da tarde, aguardando. Quero convidar a todos os policiais, convidar o Conte e os deputados que puderem ir para prestigiar. Já falei: vamos rezar, vamos acender vela. Quem sabe a gente seja feliz amanhã.

Obrigado.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Sr. Presidente, para uma breve comunicação?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, também na linha de vários deputados, quero me solidarizar com o prefeito Bruno Covas, que está passando por um momento difícil. Viu, Carlão? Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, pedi para fazer uma nota e para encaminhar a nota a ele. É um momento difícil, muito duro na vida de um ser humano, ter uma doença tão grave como ele tem. Tomara que ele tenha sucesso no seu tratamento.

Diferentemente daquilo que fizeram - não vocês - os procuradores do Ministério Público com o presidente Lula, quando ele perdeu a família, quando perdeu o irmão, quando perdeu a esposa, quando perdeu o neto, e eles ficaram com gozação, tirando sarro, nós não somos dessa turma. Somos gente do bem e desejamos ao prefeito Bruno Covas toda a recuperação possível, para que ele prossiga na sua vida política.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Sr. Presidente, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Tem Vossa Excelência o tempo regimental.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - É rápido, mas é importante reforçar aqui o que disse o deputado Barba, para colocar toda a nossa solidariedade, a nossa plena oração ao prefeito e amigo Bruno Covas, uma pessoa que estimo muito, uma referência na política, um amigo que a política me deu.

É muito triste receber a notícia do câncer com metástase já, então estamos na torcida pela recuperação dele. O Bruno é jovem, é um cara capaz, em plena atividade. Ainda bem, como dizem os médicos, que foi cedo que conseguiram esse diagnóstico, então ele tem todas as condições de ter essa recuperação.

Já mandei mensagem para ele, mas que fique aqui registrada também a nossa torcida pela recuperação do Bruno Covas, que, sem dúvida, é um grande parceiro. Tem toda uma trajetória pela frente e a gente está na torcida por ele.

Muito obrigado.

O SR. APRIGIO - PODE - Sr. Presidente, para uma breve comunicação?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Tem V. Exa. o tempo.

O SR. APRIGIO - PODE - PARA COMUNICAÇÃO - Quero parabenizar os funcionários públicos pelo dia deles. Ontem foi o Dia do Funcionário Público. Parabenizo um pouco atrasado, mas quero parabenizar, em geral, a todos os funcionários públicos de São Paulo, especialmente de Taboão da Serra, os funcionários públicos, os professores, todos ali que estão já há mais de seis anos trabalhando, e trabalhando muito, sem receber aumento de salário. O pessoal trabalha porque tem amor à profissão. Muitas professoras têm que buscar equipamentos, trazer papel higiênico para a aula, levar matéria-prima, porque às vezes está faltando.

Muitos trabalhadores, funcionários públicos, também fazem essa função até de ajudar o Poder Público em fornecer alguns materiais que estão faltando na escola. Ontem mesmo eu visitei uma família que falou que tem uma escola em Taboão da Serra que sequer papel higiênico para uso das crianças tem. Às vezes a diretora leva da própria casa dela, do próprio salário dela, para ajudar essas crianças que não têm matéria-prima, sabonete, muitas coisas.

Então todos os funcionários públicos se sintam abraçados, se sintam homenageados por este deputado, que gostaria muito que o governo olhasse mais para os professores, olhasse mais para todos os funcionários públicos. Pense o governador, pense o prefeito daquela cidade em tirar o salário de algum profissional, ele está colocando esse profissional talvez em dificuldade, porque não é muito fácil a pessoa que já ganha pouco...

Quando ele sai, ele não tem dinheiro, ele não fez um caixa, porque o salário não dava. Quando ele sai, ele conta com os direitos dele, só que ele conta com os direitos e às vezes não recebe aquele tempo de casa. Muitos deles, com aquilo, acabam, de repente, como se fala... Tem 40 mil pessoas abaixo da ponte, mas tem mais de 100 mil pessoas em condição de, se não arrumar um emprego, se não arrumar um padrão decente que pague em dia, ir para abaixo da ponte. Então, os empresários e o governo têm a obrigação...

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Para concluir, deputado.

O SR. APRIGIO - PODE - Só para concluir, Sr. Presidente, têm a obrigação de tratar bem os seus funcionários, de pagar em dia o salário do funcionário, de não explorar nenhum funcionário, porque o funcionário vive daquele salário dele e vive do emprego que ele tem. Então muito obrigado, Sr. Presidente. Fica este recado para empresários que querem extorquir os funcionários deles e para políticos que também querem aproveitar a situação em cima do próprio funcionário. Obrigado.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, queria pedir o levantamento da presente sessão.
O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental. Antes, porém, vou só lembrar os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas da segunda sessão extraordinária, a realizar-se daqui a 10 minutos. Havendo acordo de lideranças, está levantada a sessão.

* * *
- Levanta-se a sessão às 20 horas e 07 minutos.
* * *

29 DE OUTUBRO DE 2019

56ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 1149/19.
2 - JANAINA PASCHOAL
Para comunicação, pede o apoio de seus pares ao PL 332/19, de sua autoria. Lê e comenta mensagem que recebeu de um munícipe de Santo André, relacionada ao assunto da propositura.
3 - PAULO LULA FIORILO
Discute o PL 1149/19.
4 - CARLÃO PIGNATARI
Discute o PL 1149/19.
5 - BETH LULA SAHÃO
Discute o PL 1149/19.
6 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 1149/19, salvo emendas.
7 - CARLOS GIANNAZI
Declara voto contrário ao PL 1149/19, salvo emendas, em nome do PSOL.
8 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Registra a manifestação.
9 - GIL DINIZ
Solicita uma verificação de votação.
10 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.
11 - TENENTE NASCIMENTO
Para comunicação, relata a morte de um policial militar, hoje.
12 - CARLOS GIANNAZI
Declara obstrução do PSOL ao processo de votação.
13 - TEONILIO BARBA LULA
Declara obstrução do PT ao processo de votação.
14 - GIL DINIZ
Declara obstrução do PSL ao processo de votação.
15 - BRUNO GANEM
Declara obstrução do Podemos ao processo de votação.
16 - ANDRÉ DO PRADO
Declara obstrução do PL ao processo de votação.
17 - ROBERTO MORAIS
Declara obstrução do Cidadania ao processo de votação.
18 - ROQUE BARBIERE
Declara obstrução do PTB ao processo de votação.
19 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Registra as manifestações.
20 - ALEX DE MADUREIRA
Para questão de ordem, indaga acerca do processo de verificação de votação.
21 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Presta esclarecimentos ao deputado Alex de Madureira.
22 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR
Declara obstrução do Republicanos ao processo de votação.
23 - SARGENTO NERI
Declara obstrução do Avante ao processo de votação.
24 - DELEGADO OLIM
Declara obstrução do PP ao processo de votação.
25 - MARCIO NAKASHIMA
Declara obstrução do PDT ao processo de votação.
26 - ED THOMAS
Declara obstrução do PSB ao processo de votação.
27 - ALEX DE MADUREIRA
Declara obstrução do PSD ao processo de votação.
28 - ITAMAR BORGES
Declara obstrução do MDB ao processo de votação.
29 - ROGÉRIO NOGUEIRA
Declara obstrução do DEM ao processo de votação.
30 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Registra as manifestações. Dá conhecimento do resultado da verificação de votação, que confirma a aprovação do PL 1149/19, salvo emendas. Coloca em votação e declara rejeitadas as emendas, englobadamente.
31 - TEONILIO BARBA LULA
Declara voto favorável às emendas ao PL 1149/19.
32 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA
Declara voto favorável às emendas ao PL 1149/19.
33 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Registra as manifestações. Encerra a sessão.
* * *
- Abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.
* * *
O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.
Ordem do Dia.
* * *
- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *
O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Discussão e votação do Projeto de lei nº 1149, de 2019, de autoria do Sr. Governador. Para falar contra, está inscrito o nobre deputado Paulo Fiorilo.
A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Uma comunicação enquanto o colega chega à tribuna?
O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental. Tem a anuência do deputado. Tem V. Exa. a comunicação.
A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL – PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de ler um e-mail que recebi de um munícipe de Santo André.

Ele diz o seguinte: "O meu filho completa seis anos no dia 1º de abril de 2020 Estou tentando colocá-lo na escola, no ensino fundamental 1, e não estou conseguindo, pois a data de corte é 31 de março. Por causa de um dia, o meu filho perderá um ano letivo. Já vi você comentando esta lei e que estava tentando mudar esta data de corte. Houve alguma evolução? Você consegue me ajudar neste caso? Sou de Santo André, e tentaria a matrícula em alguma escola municipal."

Por que estou trazendo este e-mail? Porque apresentei, como primeiro projeto nesta Casa, o Projeto de lei nº 332, de 2019, garantindo à criança que completa seis anos no primeiro ano do ensino fundamental 1, poder cursar o primeiro ano, independentemente do dia do seu aniversário. O caso aqui é um caso simbólico. Inclusive, relatei caso correlato, situação correlata, na justificativa.

A criança completa seis anos no dia 1º de abril, e não pode cursar o 1º ano porque a data de corte é no dia 31 de março. Ou seja, essa criança vai ter que reprovar, vai ter que fazer duas vezes o antigo pré, que algumas escolas chamam de jardim, o último ano do ensino infantil.

A Casa tem a oportunidade de valorizar o mérito desde a mais tenra idade. O projeto passou pela CCJ, está agora na Comissão de Educação. Em nome deste pai que me escreveu, peço aos membros da Comissão de Educação que pautem este projeto e debatam. As famílias estão efetivamente solicitando. Não conheço esse senhor. Mas não é a primeira e, com certeza, não será a última pessoa a fazer esse pedido a esta Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Com a palavra, para falar contra o Projeto de lei nº 1149, o deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT – SEM REVISÃO DO ORADOR – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero aproveitar para que a gente possa debater minimamente esse projeto.

Até porque, ele vai ser votado por esta Casa. E é preciso que tenhamos clareza sobre o que estamos votando. Em que pese a bancada do PT não ter óbice ao escopo do projeto, mas as emendas apresentadas pela bancada foram rejeitadas. As emendas 1, 2, 3, 4, 5 e 6, que depois farei a devida menção a essas emendas.

Mas vamos ao projeto. O que pede o governador, desta vez, para a Assembleia? Na sua carta ao Poder Legislativo, diz lá o governador:

"Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei, que altera a Lei estadual nº 15.567, de 30 de outubro de 2014, para que o Poder Executivo fique autorizado a contratar operação de crédito com instituições financeiras nacionais ou internacionais (ou congêneres), até o valor equivalente a US\$ 563.900.000,00 (quinhentos e sessenta e três milhões e novecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), ou, alternativamente, até o valor de R\$ 2.185.334.000,00 (dois bilhões, cento e oitenta e cinco milhões, trezentos e trinta e quatro mil reais), para financiamento total ou parcial do "Projeto Tamoios". A medida decorre..." balalá, balalá, balalá, balalá.

E aí é que é a carta do ministro secretário Henrique Meirelles, que o deputado Mellão conhece muito bem. Diz lá o ministro, secretário Meirelles:

"Submetemos à apreciação de Vossa Excelência a presente Exposição de Motivos e a Minuta do Anteprojeto de Lei que objetiva alterar a ementa e o "caput" do Artigo 1º, da Lei nº 15.567, de 30 de outubro de 2014." De novo: a lei é de 2014. "Para autorizar o Poder Executivo a realizar operações de crédito também com instituições financeiras nacionais ou internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, agências de fomento, bancos privados nacionais ou internacionais.

O "Projeto Tamoios", a cargo da Secretaria de Logística e Transporte – SLT e da Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – Artesp, passará a ser parcialmente financiado com recursos externos, razão pela qual necessitamos alterar o 'caput' da referida lei autorizativa.

O valor anteriormente aprovado pela Lei 15.567/2014 não sofrerá qualquer alteração, passando a possibilitar a sua contratação também em moeda estrangeira, pelo seu equivalente a até US\$ 563.900.000,00 (quinhentos e sessenta e três milhões e novecentos mil dólares americanos)...

Assim, com vistas à formalização da referida operação de crédito externo, faz-se necessária a autorização da Egrégia Assembleia Legislativa..."

Bom, qual é a questão aqui? É que a lei aprovada em 2014 não tinha essa possibilidade. Parece que o governador, deputado Barba, esqueceu de propor também empréstimos internacionais em dólares, e aprovou uma lei pela metade. Mas pasmem: 2014; nós estamos em 2019. Já faz cinco anos que essa lei foi aprovada, e ninguém, até agora, observou a necessidade de fazer alteração para que se pudessem captar recursos, também, na moeda estrangeira.

Bom, aí o líder da bancada do PT propôs seis emendas. Foram rejeitadas, deputado Carlão Pignatari. Vamos ao teor das emendas, para ver se caberia veto ou rejeição. Até porque o deputado Teonilio Barba Lula se preocupa muito com o controle e a transparência dos recursos.

Então, vamos lá. Primeira: "O Poder Executivo enviará à Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar das suas respectivas assinaturas, cópias:

I - dos contratos de garantias e de contragarantias relativo às operações de crédito de que trata a presente lei;

II - dos contratos das operações de crédito de que trata a presente lei com seus anexos; e

III - a execução física e financeira dos projetos a serem financiados, tal como consta da exposição de motivos."

Qual é o problema de veto? Por que essa Assembleia, por que a comissão presidida pelo deputado Wellington Moura não pode receber os demonstrativos? Onde está o medo, qual a preocupação? O deputado Wellington Moura, presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e vice-líder do Governo, não tem acesso a essas informações? É impressionante, deputado Carlão Pignatari. Esse governo parece que tem medo da sombra. Até porque o deputado Wellington Moura é governista. Não, deve ser algum problema entre eles. Parece o PSL: é um desconfiando do outro, que briga com o outro, que impede o outro. É impressionante.

Diz a segunda emenda: "O Poder Executivo publicará anualmente no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como, disponibilizará na rede mundial de computadores (internet)..." . Aliás, hoje é o marco da internet, quando foi criado o primeiro computador que dialogou com outro computador, nos Estados Unidos. "Demonstrativo de cumprimento das metas relativas ao Programa de Ajuste Fiscal dos Estados efetuado com a União, nos termos da Lei nº 9.496, de 1997, determinado pelo Senado Federal através da Resolução 43, em seu Artigo 9º, IV, destacando:

1 - as metas da relação entre a dívida financeira total e a receita líquida real (DFT/RLR);

2 - as metas de superávit primário;

3 - as metas de receitas provenientes da alienação de ativos (privatizações);

4 - as metas referentes ao crescimento da receita tributária própria; e

5 - as metas de gastos com investimentos em relação à receita líquida real."

Qual é o problema? Onde é que está o medo do governo de aprovar uma emenda que dá transparência?

Vamos para a terceira emenda: "O Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Estado de São Paulo em até 30 dias após a assinatura dos contratos das operações de crédito de que trata a presente lei, demonstrativo detalhado e discriminado, contendo:

I - Programas e ações orçamentárias destinatários dos recursos provenientes das operações de crédito de que trata a presente lei, lista de todos os projetos que serão executados com os recursos provenientes das operações de crédito de que trata a presente lei, instituições financeiras por programa, e as condições contratuais, e os órgãos responsáveis pelas execuções de projetos."

É transparência. Deputado Mellão, o Novo, que é um partido que preza pela transparência, não pode concordar com que emendas deste calibre não sejam aprovadas nesse PL.

Nós não estamos propondo absolutamente nada. Aqui não tem absolutamente nada de oposição. Aqui tem de transparência e de fortalecimento do Poder Legislativo. Onde já se viu o governo ter medo de transparência? Vamos para a quarta emenda. Inclui novo artigo.

"O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa cópia dos contratos das operações de crédito de que trata a lei, inclusive seus aditivos, no prazo de 30 dias contados da data da respectiva assinatura, relatórios circunstanciados contendo os valores recebidos e pagos, a cada mês acompanhando o cronograma físico e financeiro de obras referentes a cada programa atendido pelas operações de financiamento de que trata a presente lei, até o quinto dia útil."

Eu sei por que, deputado Barba, a Emenda 4 não foi aceita: porque há uma prática desenvolvida ao longo de anos na Dersa para que não se dê transparência a exatamente o que pede aqui a nossa emenda, os relatórios circunstanciados, contendo valores recebidos e pagos a cada mês.

Isso aqui significa botar lupa no dinheiro público, que foi mal gasto, que foi desviado. Aliás, hoje, deputado Barba, teve mais uma operação do Ministério Público Federal.

O senhor deve ter acompanhado pela manhã que o Ministério Público Federal fez uma operação no entorno do então homem forte da Dersa, o Sr. Paulo Preto, procurando documentos, indo na casa de parentes, de filho, de esposa, e daqueles que podem ter relações diretas com a Dersa.

E, aí, mais uma vez faço um apelo: a CPI da Dersa não foi instalada nesta Assembleia, e o governo posterga a possibilidade da instalação. Mas, mais dia, menos dia, eu sou daqueles que acreditam que nós aprovaremos a CPI da Dersa, e poderemos colocar mais luz nesse debate.

Emenda nº 5 inclui novo artigo: "Quando do envio das leis de diretrizes orçamentárias nos subsequentes anos da aprovação da presente lei, o Poder Executivo informará a modelagem das operações de crédito ora autorizadas, bem como informará detalhadamente sobre os valores recebidos e pagos, e o desenvolvimento relativo de cada um dos projetos contemplados com os recursos da operação de crédito de que trata a presente lei".

E, por fim, o sexto: "O Poder Executivo fará semestralmente à Comissão de Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa do Estado, através de relatórios circunstanciados: 1) prestação detalhada de contas de toda a dívida interna e externa, contraída no estado de São Paulo, decorrente de autorização concedida pela indenização de operações de crédito interna e externa; 2) prestação detalhada de conta específica da dívida contraída no estado de São Paulo decorrente da operação de crédito concedida nos termos da presente lei; 3) demonstrativo de toda movimentação financeira decorrente das operações de crédito autorizadas nos termos da presente lei; 4) demonstrativo de que está cumprindo o acordo da dívida contraída entre o estado de São Paulo e a União; e 6) execução física e financeira de projetos a serem financiados, tal consta na exposição de motivos."

São seis emendas que trazem transparência, controle e fortalecimento do Poder Legislativo frente ao Poder Executivo, que já tem prerrogativas demais. E, aí, o Congresso de Comissões, na sua maioria, rejeitou as nossas seis emendas, que poderiam causar um estrago para o governo. Um estrago, porque nós estamos propondo dar transparência, estamos propondo fiscalizar.

E o governo, mais uma vez, o governo do PSDB, do João Doria, opta pelo caminho mais fácil: não dar transparência, não possibilitar fiscalização, e rejeitar as emendas, que não precisavam ser do PT – que poderiam ser do Novo, que poderiam ser da Rede, que poderiam ser do PSOL, de qualquer outro partido preocupado com a coisa pública, com a res pública. E aí o que faz o governo? Impede as nossas emendas, talvez porque ele esteja preocupado em concluir o Projeto Tamoios, que estão paradas as obras do contorno. Talvez porque ele esteja preocupado, deputado Barba, em licitar ou em conceder as rodovias para a instalação de pedágio.

Recebi, inclusive, na segunda-feira, um WhatsApp de um morador de Jales, preocupado com a instalação de radares que vão medir a quantidade de carros que por lá passam, talvez porque eles queiram instalar pedágios, porque na concessão é preciso ter pedágios para remunerar as empresas que vão ganhar as concessões. Concessões que quem é de Marília reclamou, quem é da Região Oeste do estado está reclamando, porque é isso que o governador tem feito, a instalação de pedágios. No caso de Jales, deputado Barba, deputado Dr. Jorge, voltarei aqui ao debate com outros dados e informações.

Eu só aproveitei para colocar Jales aqui porque, infelizmente, infelizmente o governador Doria é um governo de muita propaganda, mas ainda de pouca ação.

Aliás, amanhã nós vamos ter aí, possivelmente, o primeiro cumprimento da promessa do governador que fez na campanha, que é o reajuste dos servidores da Segurança Pública. Eu ouvi o pedido do deputado Olim. O deputado Olim fez um pedido, "quem sabe dois dígitos. Vamos rezar, vamos orar". Queria dizer, deputado Olim, que não terão dois dígitos, infelizmente. Não terão dois dígitos. Talvez dois dígitos com zero na frente; aí pode ser, zero, qualquer coisa. Agora, acho, deputado Olim, que o senhor, como homem de fé, tem que aproveitar essa noite.

Então, eu vou aproveitar: o senhor, como homem de fé procure São Judas Tadeu. Quem sabe esse aí poderia dar os dois dígitos, mas o Doria jamais dará dois dígitos à Segurança Pública. E eu espero que amanhã os deputados da Segurança venham aqui para cobrar o resultado do anúncio pomposo, mas pouco efetivo para o salário dos servidores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, nobre deputado.

Para discutir a favor, o nobre deputado Carlão Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Gilmaci, Srs. Deputadas, Srs. Deputados, venho apenas para fazer... poderia ter feito uma comunicação ali abaixo, mas apenas para deixar muito claro esse projeto, hoje.

Nós não estamos... esta Assembleia autorizando nenhum novo empréstimo para o estado de São Paulo. Esse empréstimo já foi autorizado. A única coisa que o Governo de São Paulo quer, preservando recurso do Estado, recursos do Tesouro, é que a gente possa ter oportunidade de não só pedir o financiamento na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil, no BNDES, mas também nos bancos internacionais. É apenas essa alteração que nós estamos fazendo. Não há nenhum conflito com os contratos que foram feitos, isso não vai mudar nenhum tipo de situação do que já tem em existências.

Coincidentemente os projetos do contorno do Tamoios foram cancelados e foi contratado, deputado Janaina, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo para fazer uma avaliação do que falta das obras para serem feitas para aí sim o governo fazer uma nova licitação.

Mas, hoje, do que se trata esse Projeto 1149? Trata-se apenas de uma correção. Todos os outros projetos que vieram eram de bancos nacionais e internacionais. Esse saiu apenas de bancos nacionais. O que nós estamos querendo fazer de complementação, deputada Janaina, é de poder ter oportunidade de o governo procurar o Bird, ou a CAF, ou o Banco Bid para que possa tentar diminuir a taxa de juros desses novos contratos. É apenas isso, não há nenhuma outra modificação em nenhum desses contratos.

Então, eu apenas para esclarecer, porque quando você ouve o deputado Fiorilo falar, até parece que vai se contrair. Não vai se contrair nada mais, não vai se mudar nada. A Comissão de Finanças tem toda a prerrogativa, sem colocar em nenhum projeto de lei, de exigir qualquer tipo de contrato aqui; tem que aprovar.